

# SERÁ O NEOPRAGMATISMO PRAGMATISTA?

## Interpelando Richard Rorty<sup>1</sup>

THAMY POGREBINSCHI

### RESUMO

Pode-se identificar duas importantes diferenças de perspectiva entre o pragmatismo de Charles S. Peirce, William James e John Dewey e o neopragmatismo de Richard Rorty. Em primeiro lugar, a filosofia pragmatista pode ser compreendida como realista, ao passo que o neopragmatismo rortiano é eminentemente anti-realista. Em segundo lugar, Rorty minimiza a importância do conceito pragmatista de experiência ao conferir primazia teórica ao conceito de linguagem. Em face dessas duas diferenças fundamentais, o artigo discute se é possível falar em continuidade entre os elementos que caracterizam o pragmatismo em sua origem e o neopragmatismo rortiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Richard Rorty; pragmatismo; neopragmatismo; filosofia norte-americana.*

### SUMMARY

There are two relevant differences between the pragmatism of Charles S. Peirce, William James and John Dewey and Richard Rorty's neopragmatism. Firstly, pragmatism is philosophically connected to realism while Rorty's neopragmatism is deeply anti-realistic. Secondly, Rorty undermines the role experience plays on pragmatism by attaching an overwhelming theoretical value to the concept of language. Given these two main differences of approach, this paper questions the supposed continuity between the features that define original pragmatism and Rorty's neopragmatism.

**KEYWORDS:** *Richard Rorty; Pragmatism; Neopragmatism; American philosophy.*

[1] Gostaria de agradecer ao parecerista anônimo de *Novos Estudos* as valiosas contribuições à elaboração da versão final do artigo.

[2] Há porém quem sustente que, além do interacionismo simbólico, a filosofia da linguagem apresenta traços da subsistência do pragmatismo, o qual muitas vezes é associado a nomes como Wittgenstein, Searle e Austin.

Após seu período áureo nas primeiras décadas do século XX, quando se irradiou dos Estados Unidos para a Europa, o pragmatismo foi paulatinamente eclipsado pela filosofia analítica — compreendida aqui num sentido amplo, que abrange diversos movimentos filosóficos surgidos a partir de Bertrand Russell, como o positivismo lógico, o atomismo e a filosofia da linguagem. É certo que determinadas ramificações do pragmatismo ainda desfrutaram de alguma sobrevida, como foi o caso do interacionismo simbólico, mas o pragmatismo original parece ter perdido definitivamente seu espaço nos departamentos de filosofia norte-americanos, — inclusive na Escola de Chicago, a partir de onde John Dewey e seus colegas o apresentaram ao mundo<sup>2</sup>.

Em 1979, no entanto, Richard Rorty publica *Philosophy and the mirror of nature*, livro que constitui um marco, a um só tempo, da desconstrução da filosofia analítica e do ressurgimento do pragmatismo. Como o próprio autor esclarece na Introdução da obra, tratava-se ali de

*enfraquecer a confiança do leitor na “mente” como algo sobre o que as pessoas deveriam ter uma visão “filosófica”, no “conhecimento” como algo sobre o que deveria haver uma “teoria”, ou que deveria possuir fundações, e na “filosofia” tal como ela vem sendo concebida desde Kant.*

Rorty desejava solapar a corrente filosófica que por tanto tempo se fizera hegemônica, esperando

*convencer o leitor de que a dialética no interior da filosofia analítica, a qual havia carregado em si a filosofia da mente [...] e a filosofia da ciência [...], precisa ser conduzida alguns passos adiante. Esses passos irão, acredito, nos colocar em posição de criticar a própria noção de “filosofia analítica” e, naturalmente, a noção de “filosofia”<sup>3</sup>.*

Embora o livro atacasse com veemência a filosofia analítica e sinalizasse a necessidade de um novo paradigma — o pragmatismo —, este só seria efetivamente delineado a partir das obras subseqüentes de Rorty, nas quais ele se engajaria simultaneamente no âmbito da literatura, da teoria crítica e do pensamento político e social a fim de prover uma abordagem definitiva sobre o que seria o seu próprio pragmatismo. Essa empreitada interdisciplinar se justificava na crença do autor de que o pragmatismo não deve ser exposto na forma de uma teoria, quanto menos de um sistema filosófico. Mas foi justamente por meio da filosofia que essas investidas de Rorty ganharam nome e passaram a ser vistas como o prenúncio de um novo movimento filosófico: o neopragmatismo. Na verdade, o próprio Rorty se intitulou como um “neopragmatista”, o que constituiu o ponto de partida para que diversos outros autores — não apenas do campo da filosofia — também o fizessem, dando início nas últimas duas décadas, a uma extensa produção acadêmica e intelectual que pode ser propriamente chamada de “neopragmatista”.

Ocorre porém que entre o pragmatismo de Charles S. Peirce, William James e John Dewey e o neopragmatismo de Richard Rorty há pelo menos duas importantes diferenças de perspectiva. Em primeiro lugar, o pragmatismo original<sup>4</sup> se mostra claramente como uma filosofia compatível com o realismo, enquanto o neopragmatismo rortiano é eminentemente anti-realista. Em segundo lugar, para o pragmatismo clássico a experiência é um conceito que ultrapassa a esfera da linguagem, podendo até mesmo atingir formas pré-lingüísticas ou não-lingüísticas, ao passo que Rorty, ao se engajar na virada lingüística, de fato opera a substituição de um conceito pelo outro, fazendo a linguagem

[3] Rorty, Richard. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979, pp. 7-8.

[4] Ao fazer referência ao pragmatismo de Peirce, James e Dewey, usaremos aqui as nomenclaturas “pragmatismo original”, “pragmatismo clássico” ou “primeiro pragmatismo”.

ocupar no neopragmatismo a posição que a experiência dantes ocupava no pragmatismo.

A começar por essas duas diferenças basilares, permanece a questão de saber quão pragmatista é o neopragmatismo rortyano. Em outras palavras: pode-se falar em univocidade ou linearidade entre os pensamentos de Peirce, James e Dewey, de um lado, e o de Rorty, de outro? Ou ainda: pode-se se falar em continuidade entre os elementos que caracterizam o pragmatismo em sua origem (os quais, conforme mostraremos, são constituídos pelo antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo) e o pensamento neopragmatista? O objetivo deste artigo é caminhar na direção das respostas a essas questões.

### REALISMO OU ANTI-REALISMO?

Se há de fato um ponto de tensão entre o pragmatismo e o realismo, tal ponto diz respeito à teoria da verdade: o pragmatismo de Peirce, James e Dewey rejeita a noção de verdade como correspondência postulada pelo realismo. Com efeito, a crítica a essa noção é inerente à concepção de verdade compartilhada por esses três autores, embora se encontre de forma mais explícita e vigorosa em Dewey. E se em Peirce o pragmatismo parecia se circunscrever filosoficamente a uma teoria da significação, em James e Dewey também começa a assumir a forma de uma teoria da verdade.

Na teoria da significação de Peirce, o pragmatismo tem por função propiciar o esclarecimento de idéias obscuras, ou que são claras mas difíceis de ser entendidas. A chave para resolver confusões conceituais consiste no método de relacionar o significado dos conceitos às suas consequências: se o significado das proposições reside no seu futuro, também os raciocínios devem dirigir-se ao futuro, pois seu significado se refere à conduta prática — e a única conduta passível de controle é a conduta futura. Na origem dessa concepção instrumentalista, em que o significado apenas se conhece por meio do propósito (*purpose*), certamente há a influência do darwinismo. Para Peirce, a mente consiste num mecanismo prático, já que é instrumental para a sobrevivência do homem: assim como o significado se adapta ao seu propósito, o sujeito se adapta ao seu fim e a mente lhe serve como um mecanismo adaptativo para enfrentar o ambiente externo.

Na concepção de verdade elaborada por James, uma idéia é verdadeira na medida em que acreditar nela é proveitoso para a vida de uma pessoa. Nessa concepção instrumental, a verdade é uma espécie de bem em si e não meramente uma categoria correlata ou mesmo distinta dele: “a verdade é o nome de tudo o que prove ser bom em matéria de crença”. Não é possível separar o que é *melhor* para as pessoas daquilo que é *verdadeiro* para elas, de modo que a verdade pode ser definida como “o que é melhor para acreditarmos”<sup>5</sup>. Conseqüentemente, o teste da verdade

[5] James, William. “What Pragmatism means”. In: *Pragmatism and other writings*. Ed. por Giles Gunn. Nova York: Penguin Books, 2000.

consiste em encontrar aquilo que melhor nos direciona a vida, no sentido de adaptar continuamente nossa experiência.

Assim, a questão que o pragmatismo de Peirce e de James se coloca é se os acréscimos de experiências que fazemos àquelas já existentes aumentam ou não o valor de nossa experiência geral. Esse tipo de consequencialismo é visto por James como uma espécie de criatividade inerente ao pragmatismo. Constituindo-se como uma filosofia eminentemente prospectiva, voltada para o futuro, o pragmatismo encara não apenas a verdade, mas também a realidade, o mundo, como algo inteiramente maleável, à espera de receber sua forma final por nossas próprias mãos. Afinal, quando somos nós mesmos a dar forma à nossa verdade e à nossa realidade, essa forma sempre nos é benéfica.

Se a teoria da verdade de James o afasta de Peirce ao transgredir os limites da lógica e da ciência, aproxima-o de Dewey. Este, assim como James, busca encontrar um terceiro caminho entre a definição de verdade como consistência (ou acordo) defendida pelo idealismo e a definição de verdade como correspondência postulada pelo realismo. De acordo com Dewey, tanto os idealistas quanto os realistas supõem que uma proposição (*statement*) implica por natureza uma asserção (*assertion*) de sua própria verdade. Em contraposição, o pragmatista afirma que uma proposição, na exata medida em que possui uma genuína qualidade intelectual, implica uma dúvida e uma investigação quanto à sua própria verdade. Para Dewey, a proposição que assevera ou assume sua própria verdade, nos moldes realistas e/ou idealistas, nada mais é que um dogmatismo absoluto. Se há uma proposição, isso não significa que há uma verdade nela contida, mas apenas que há razões plausíveis para que dela se infira a verdade mediante investigações suscitadas pela dúvida — e não pela verdade — inerente à proposição<sup>6</sup>.

Assim, Dewey propõe que o primeiro passo da crítica pragmatista à noção de verdade do idealismo e do realismo se dirija à idéia de que toda proposição implica uma asserção de sua própria verdade. Para ele, a proposição é uma hipótese relativa a algum estado de coisas e é de sua natureza ser duvidosa, incerta quanto à sua verdade. A assertiva que a proposição faz de sua própria verdade é condicional, pois consiste meramente num meio de iniciar atividades de investigação que testarão o valor de sua reivindicação. Assim é que a verdade somente pode existir mediante o teste da reivindicação e os atos subseqüentes que ele prescrever. A teoria pragmatista da verdade pretende desse modo representar fielmente o método da ciência, o qual, de acordo com Dewey, considera todas as proposições como provisórias ou hipotéticas até que sejam submetidas a testes experimentais, empenha-se em organizar essas proposições em termos que indiquem os procedimentos necessários para testá-las e nunca se esquece que mesmo proposições asseguradas são apenas sumários de investigações e testes anteriores, de modo que estão sujeitas a revisões que venham a ser requeridas por novas investigações<sup>7</sup>.

[6] Dewey, John. "The problem of truth". In: *The essential Dewey*, vol. II: *Ethics, logic, psychology*. Ed. por Larry Hickman e Thomas Alexander. Bloomington: Indiana University Press, 1998, pp. 113-14.

[7] *Ibidem*, p. 114.

O segundo passo da crítica ao conceito de verdade realista e/ou idealista consiste, segundo Dewey, em reconhecer que nele as proposições sempre se referem a condições antecedentes, enquanto no pragmatismo ganham uma perspectiva de futuro. Tanto para o realista como para o idealista a verdade é uma propriedade que já existe previamente nas proposições, tornando-se assim irrelevante conhecer o que se faz com a proposição, o que deriva do seu uso, as diferenças que ela acarreta na experiência futura<sup>8</sup>. Já para Dewey as proposições têm caráter hipotético e experimental, e por isso são provisórias: apenas serão verdadeiras se tal for o resultado do processo de investigação que busca aferir a sua verdade. Em outras palavras, as proposições só podem ser tidas como verdadeiras se as conseqüências futuras do processo de investigação de sua verdade assim indicarem.

[8] *Ibidem*, p. 114.

Para o pragmatismo, enfim, todas as proposições contêm intrínseca e necessariamente uma referência ao futuro, de modo que sua verdade ou falsidade depende do sucesso ou do fracasso de sua finalidade. Assim, o maior rompimento do pragmatismo com o realismo e o idealismo consiste em mostrar que o conceito de verdade não pode ser dado em si mesmo e tampouco aprioristicamente, isto é, não pode referir-se a um significado prévio ou antecedente<sup>9</sup>. No entanto, Richard Rorty parece ver nesse ponto de tensão concernente à teoria da verdade um motivo suficiente para afirmar que o pragmatismo é uma filosofia anti-realista. Ora, se o conceito de verdade do pragmatismo difere daquele do realismo, isso não quer dizer que a teoria pragmatista como um todo seja anti-realista.

[9] *Cf. ibidem*, p. 118.

Com efeito, o que nos parece é que Rorty se escora nesse argumento a fim de sustentar que a sua própria teoria — caracteristicamente anti-realista — é pragmatista. Em outras palavras, ele quer fazer de sua diferença com o pragmatismo original justamente o motivo de uma semelhança e portanto de uma razão para que seus pensamentos possam ser abrigados sob o mesmo nome. Ocorre porém que o único ponto de contraste entre o pragmatismo de Peirce, James e Dewey e o realismo se dá em torno do conceito de verdade, e isso não pode ser razão suficiente para se afirmar que o pragmatismo é uma filosofia anti-realista, pois não o é. No entanto, a insistência de Rorty em afirmar que o pragmatismo original é anti-realista e ao mesmo tempo situá-lo na base de sua própria filosofia parece ser suficiente para que possamos acreditar que apenas o neopragmatismo que ele representa, esse sim, é anti-realista.

Outro ponto importante a destacar — e esclarecer — no quadro dessa discussão é que para chegar à conclusão de que o pragmatismo é anti-realista Rorty se baseia numa classificação, que ele mesmo propõe, de autores que supostamente seriam realistas e conseqüentemente críticos do pragmatismo. De acordo ele, haveria dois tipos de realismo: o realismo técnico, representado principalmente por Saul Kripke e Michael Dummett, e o realismo intuitivo, representado sobretudo por Stanley Cavell e Thomas Nagel<sup>10</sup>. Ora, esses autores são todos posterior-

[10] Rorty, Richard. *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982, pp. xxii ss.

res a Peirce, James e Dewey, o que torna o argumento de Rorty, no mínimo, um tanto forçado.

É evidente pois que o tipo de realismo no qual Rorty se estriba para afirmar que o pragmatismo é anti-realista não é o mesmo com que os três primeiros pragmatistas se identificavam (por exemplo, o realismo escolástico no caso de Peirce e o realismo direto no caso de James)<sup>11</sup>, não obstante as divergências em torno do conceito de verdade<sup>12</sup>. Em suma, parece-nos que tão-somente o neopragmatismo de Richard Rorty — à diferença daquele de Hilary Putnam, por exemplo — pode ser considerado caracteristicamente anti-realista.

### EXPERIÊNCIA OU LINGUAGEM?

A segunda variação relevante entre o pragmatismo original e a sua nova versão se dá em torno da idéia de linguagem. O neopragmatismo de Rorty de certa forma substitui o conceito pragmatista de experiência pelo de linguagem, ou realça este em detrimento daquele. Isso talvez se explique pelo fato de que Rorty é influenciado pelo pragmatismo na mesma proporção em que o é por Wittgenstein, e como muitos filósofos de seu tempo não teria conseguido escapar à chamada “virada lingüística”.

O pragmatismo de Peirce, James e Dewey chama de “experiência” o corpo de crenças presentes na cultura de uma sociedade e as relações que este mantém com as instituições e práticas sociais. Sendo a crença aquilo que prepara um homem para agir, ela não é um modo transitório da consciência, mas um hábito mental duradouro e inconsciente. Ao passo que a crença consiste no estabelecimento de um hábito, a dúvida é uma privação do mesmo. No embate entre crenças e dúvidas tem lugar aquilo que o pragmatismo chama de “investigação”: a investigação visa fazer cessar o estado de dúvida e instalar a crença, ou seja, estabelecer uma opinião. Essa é a essência do conceito pragmatista de comunidade lingüística ou semiótica, a “comunidade de investigação”. A investigação é sempre comunitária, pois no final do processo investigativo as crenças e opiniões individuais necessariamente convergirão para as crenças e opiniões gerais da comunidade.

O conceito pragmatista de comunicação se desdobra justamente em função dessa idéia de comunidade de investigação. O problema é que tal idéia não pode sobreviver ileso à chamada “virada lingüística”, pois com esta a experiência é substituída pela linguagem. Ora, se a experiência é o nome que recebe o conjunto de crenças de uma comunidade, e se é justamente o embate entre essas crenças que dá origem à investigação, como garantir que um processo comunicativo baseado puramente na linguagem seja responsável pelo estabelecimento da opinião de uma comunidade — entendendo-se aqui por opinião algo bem diferente do consenso que a virada lingüística também logrou impor em seu lugar?

Para o pragmatismo clássico, especialmente para Peirce, a comunicação é o processo pelo qual uma coisa adquire significado, aproximando-

[11] É ilustrativo dessa nossa afirmação que o *Cambridge Dictionary of Philosophy* enumere onze tipos de realismo, cada qual associado a diferentes autores e épocas históricas, e que Hilary Putnam (*Pragmatism: an open question*. Oxford, UK/Cambridge, MA: Blackwell, 1995, cap. 1) afirme que James foi o primeiro autor a enunciar publicamente o realismo direto na história da filosofia.

[12] Rorty crê que a questão principal entre realistas e pragmatistas se dá em torno do conceito de intuição (cf. *ibidem*, pp. xxix-xxxvii), mas uma exposição aprofundada desse tópico excederia o escopo deste artigo.

se então da verdade e da realidade. Ademais, é a comunicação que possibilita que o conceito de comunidade de investigação implique o falibilismo que lhe é característico. Em outras palavras, é a comunicação que possibilita a perenidade da investigação, sua incessante manutenção mediante a produção inesgotável de respostas provisórias que a realimentam ao gerar outras respostas provisórias. O que permite que essas respostas não sejam avaliadas por seu erro ou acerto, o que as torna provisórias, é justamente a comunicação; o que permite que as respostas encontradas no percurso da investigação sejam incessantemente testadas e possivelmente substituídas por outras é a comunicação.

James confere uma dimensão ainda mais ampla àquilo que Peirce delineou como o acordo resultante do processo de investigação que leva à definição da realidade e da verdade. Segundo ele, a própria palavra “acordo” deve ser interpretada pragmaticamente, de modo que não seja tão essencial na formação do conceito de verdade. O que é essencial para James é o processo que conduz à realidade e àquilo que é útil nessa realidade<sup>13</sup>. Para Peirce, a verdade e a realidade só podem ser atingidas ao final de um longo processo de investigação, quando as opiniões de todos os participantes desse processo necessariamente convergem, como consequência natural dele; para James, a realidade e a verdade se constituem e se reconstituem a todo momento que um novo fato é adicionado à experiência. Dessa forma, a verdade e a realidade não são para James, como em Peirce, um resultado final, mas uma espécie de “resultado provisório”, que se encontra em constante mutação<sup>14</sup>. Assim como os fatos da vida estão em mutação, a experiência também está: quando os fatos mudam, a experiência de quem os vivencia também se modifica. E o acréscimo de novos fatos à experiência preexistente resulta numa mutação daquilo que se entende como verdade. Uma vez que a verdade simplesmente é, ela constitui a realidade, que por conseguinte também se caracteriza pela mutabilidade incessante.

Essa noção de mutabilidade tão presente no pragmatismo de James nos remete à idéia de *adaptação* ou *adequação*. Ao entrar em contato com a experiência, o novo fato se adequa a ela e forma uma nova versão da verdade, agora adaptada à mudança que se sucedeu. A essa nova verdade se adapta a realidade e vice-versa. A mutabilidade latente no pragmatismo sugere um processo de constante adequação. Daí a afirmação de James de que todas as teorias e concepções nada mais são que modos mentais de adaptação à realidade<sup>15</sup>. E é por isso que o primeiro pragmatismo requer que estejamos o tempo todo atentos aos fatos e à experiência que eles constituem<sup>16</sup>.

Ao prosseguir na elaboração da idéia de comunidade de investigação — formulada originalmente por Peirce —, Dewey oferece a seguinte definição para esse conceito: “Investigação é a transformação dirigida e controlada de uma situação indeterminada em uma outra situação de tal modo determinada em suas distinções e relações constituintes que converte os elementos da situação original em um todo unificado”<sup>17</sup>. De

[13] James, William. “Pragmatism’s conception of truth”. In: *Pragmatism and other writings*, op. cit., pp. 94-95.

[14] *Ibidem*, p. 99.

[15] James, William. “Pragmatism and common sense”. In: *Pragmatism and other writings*, op. cit., p. 86.

[16] *Ibidem*, p. 74.

[17] Dewey, John. “The pattern of inquiry”. In: *The essential Dewey*, op. cit., vol. II, p. 171.

acordo com Dewey, durante o processo de investigação são sugeridas soluções possíveis pela determinação das condições fáticas que são asseguradas pela observação. Uma solução possível se apresenta porém na forma de uma idéia, assim como os fatos que constituem o problema inicial da investigação são instituídos pela observação. E o que são idéias? São conseqüências antecipadas, previsões daquilo que ocorrerá quando certas operações forem executadas sob certas condições. As idéias, bem como os significados propostos e a observação dos fatos, constituem processos simultâneos, ou melhor, etapas simultâneas de um mesmo processo. Cada observação gera uma nova ordem de fatos, que por sua vez sugere uma nova idéia a ser verificada e assim consecutivamente, até que se constitua uma ordem unificada e completa<sup>18</sup>.

[18] *Ibidem*, pp. 173-76.

Além de implicar o falibilismo do processo investigatório, e justamente por isso, o conceito pragmatista de comunicação adquire outras duas características que irão marcá-lo até a “virada lingüística”: a responsividade e a reflexividade. Sabemos que é a comunicação que possibilita que a comunidade de investigação permanentemente revise e corrija suas respostas provisórias, suas tentativas de conclusão. Mais do que meramente responsiva, porém, a comunicação pragmatista é autocorretiva: ela não apenas possibilita a revisão e a correção daquilo que está em jogo, mas também as sinaliza e executa. O papel da comunicação na investigação é portanto o de corrigir, possibilitando assim sua falibilidade e inesgotabilidade. A comunicação não se encontra nos pontos de partida nem nos pontos de chegada: seu objetivo não é levar à convergência dos investigadores, já que esta ocorre naturalmente.

É nesse ponto que a teoria da comunicação elaborada por algumas versões pragmatistas contemporâneas se mostra irreconciliável com os pressupostos do pragmatismo original acerca da comunicação. Para o pragmatismo, a comunicação é apenas um meio — que propicia algo maior que é a investigação —, e não um fim, seja um fim da ação ou um fim em si mesmo, como sugerem algumas abordagens contemporâneas. A comunicação pragmatista almeja uma convergência que é a um só tempo falível e autocorretiva, e não um consenso irrefutável e transcendente. Além disso, como vimos, o pragmatismo apóia sua noção de investigação fundamentalmente na idéia de crença, argumentando que as crenças são constitutivas de uma idéia maior, que é a de experiência — justamente a idéia de experiência que o neopragmatismo vem solapando em nome da linguagem.

Será que a “virada lingüística” impõe substituir a noção de experiência pela de linguagem? Para Rorty, a resposta a essa pergunta certamente seria positiva. De acordo com ele, porém, essa mudança paradigmática não deve ser vista como a vêem os positivistas lógicos, ou seja, como algo que permitiu que questões kantianas pudessem ser postas sem contrariar a aposta dos teóricos da psicologia em falar kantianamente de temas como a experiência e a consciência. Segundo Rorty, isso constituiu apenas o motivo inicial para que se desse a virada lingüística: seria preciso

transcender esse motivo kantiano para assumir uma atitude naturalista ou comportamental acerca da linguagem. E essa virada seria facultada à filosofia analítica pelo neopragmatismo<sup>19</sup>.

[19] Rorty, *Consequences of Pragmatism*, op. cit., p. xxi.

De acordo com Rorty, o neopragmatismo busca encontrar meios de colocar questões antifilosóficas numa linguagem não-filosófica. Nesse sentido, o melhor para a filosofia seria justamente não praticar filosofia, pois não adianta tentar dizer algo verdadeiro sobre a verdade, nem agir bem em relação ao Bem, nem ser racional para pensar sobre a racionalidade. Assim, o neopragmatismo rortyano assevera que nem a verdade, nem o bem, nem a racionalidade são coisas que comportem um interesse filosófico suficiente para se teorizar a respeito<sup>20</sup>. Em outras palavras, o pragmatismo de Rorty não tem a ambição de ser uma teoria, mas uma antiteoria — ou uma teoria sobre como se fazer teoria.

[20] *Ibidem*, pp. xiii-xv.

A pragmatização da filosofia analítica, conforme sustenta Rorty, levou à compreensão de que são vã as tentativas de fazer a linguagem se fundar sobre, se adequar a ou expressar algo previamente determinado. De acordo com ele, a ubiquidade da linguagem é uma questão de vê-la se movendo nas lacunas deixadas pela falência de todos os vários candidatos à posição de “pontos de partida naturais” do pensamento, os quais se caracterizavam por sua pretensão de anterioridade e independência em relação ao modo como alguma cultura se comunica ou se comunicou um dia<sup>21</sup>.

[21] *Ibidem*, p. xx.

O antiessencialismo de Rorty o leva a insistir na necessidade de romper a distinção entre o intrínseco e o extrínseco, de modo que qualquer objeto deve ser compreendido e descrito a partir de suas relações — especialmente com as necessidades humanas, com a consciência e com a linguagem. Nada pode ser descrito intrinsecamente, como realmente seria em sua essência ou natureza, mas apenas relacionalmente; nada pode ser conhecido sobre um objeto a não ser na rede de relações aberta e infinitamente expansível que ele mantém com outros objetos — e o que intermedeia as relações entre os objetos e as pessoas é invariavelmente a linguagem. Assim como os objetos não podem ser descritos em si mesmos, pois não possuem uma natureza intrínseca, também os seres humanos, segundo Rorty, só podem ser descritos e compreendidos a partir das relações que estabelecem com as outras pessoas e com os objetos. Mas há uma diferença, evidentemente muito relevante, na medida em que os seres humanos são únicos em um aspecto que torna singular o seu padrão de relações: o uso da linguagem.

Para que seu antiessencialismo se sustente, Rorty precisa acreditar na compreensão da linguagem propiciada pelo darwinismo, ou seja, a linguagem como provedora de ferramentas para lidar com objetos e não com a representação deles e como provedora de diferentes conjuntos de ferramentas para lidar com propósitos distintos. Assim, seria a linguagem afinal, e não a mente ou a consciência, o aspecto distintivo da espécie humana<sup>22</sup>. Ora, isso afasta Rorty irremediavelmente do pragmatismo clássico, já que para Peirce, James e Dewey a linguagem

[22] Rorty, Richard. *Philosophy and social hope*. Londres: Penguin Books, 1999, pp. 63-65 e 68.

constitui apenas uma parte de um conjunto muito mais amplo de formas de experiência, que podem ser até mesmo pré-lingüísticas ou não-lingüísticas<sup>23</sup>.

### ANTIFUNDACIONALISMO, CONTEXTUALISMO E CONSEQÜENCIALISMO

A teoria da significação e a teoria da verdade são os principais eixos filosóficos a partir dos quais se desenvolve a matriz teórica do pragmatismo clássico. Conforme argumentamos alhures, essa matriz é caracterizada por três aspectos: o antifundacionalismo, o contextualismo e o conseqüencialismo<sup>24</sup>.

O *antifundacionalismo* consiste numa permanente rejeição de quaisquer entidades metafísicas, conceitos abstratos, categorias apriorísticas, princípios perpétuos, instâncias últimas, entes transcendentais, dogmas etc. Trata-se assim de negar que o pensamento seja passível de fundações estáticas, perpétuas, imutáveis. O antifundacionalismo pragmatista se exerce também na recusa à idéia de certeza e aos tradicionais conceitos filosóficos de verdade e realidade. Apresenta-se ainda sob a forma de uma crítica incessante: não se trata de uma crítica direcionada a um objeto determinado, mas de um desejo permanente de crítica, de crítica como método de pensamento.

O *conseqüencialismo* se pauta pela insistência em olhar para o futuro, e não para o passado. A referência ao passado não é um dever para o pragmatista: deve ser feita apenas quando for metodologicamente interessante para o próprio estabelecimento do futuro. Disso decorre que tanto a teoria da significação como a teoria da verdade elaboradas pelo pragmatismo se caracterizam pela permanente aplicação do “teste” conseqüencialista: o significado de uma proposição, bem como a sua verdade, apenas podem ser conhecidos a partir do teste de suas conseqüências. É aqui que entra em jogo a famosa questão pragmatista, aquela que não cessa sua indagação: quais as diferenças que as conseqüências disto ou daquilo podem acarretar? É portanto antecipando conseqüências futuras que se produz conhecimento no âmbito do pragmatismo. E essas conseqüências futuras devem ser permanentemente antecipadas para que se possa conhecer qual delas é melhor, a mais satisfatória, útil e benéfica.

O *contextualismo*, por fim, postula que as investigações filosóficas devem estar atentas ao papel do contexto em seu desenvolvimento, levando em consideração as crenças políticas, religiosas, científicas, enfim, a cultura de uma sociedade e as suas relações com as instituições e práticas sociais. A esse corpo de crenças, como já dissemos, o pragmatismo dá o nome de “experiência”, que é um conceito essencial para a idéia de contexto, podendo-se mesmo dizer que a experiência é o mais abrangente dos contextos. Ao conceito de experiência associa-se por sua vez o conceito de prática: a prática que o pragmatismo quer sobrepor à teoria e que remete diretamente à formulação do conceito pragmatista de ação. No centro do contextualismo pragmatista está ainda o conceito

[23] Vale acrescentar que o neopragmatismo apresenta uma outra distinção importante em relação ao pragmatismo original. Trata-se da redução da importância daquilo que os pragmatistas chamavam de “método científico”, o qual aumentaria a possibilidade de se constatar a verdade de uma crença. Isso levou Howard Mounce (*The two pragmatisms*. Londres: Routledge, 1997) a sustentar a existência de dois tipos distintos de pragmatismo — não como fazemos aqui em relação ao pragmatismo clássico e ao neopragmatismo, na esteira da imensa maioria da literatura sobre o tema —, que teriam sua linha divisória demarcada a partir de Peirce. Segundo Mounce, há um “primeiro pragmatismo”, justamente o de Peirce, marcado por um cientificismo que se opõe ao positivismo, ao materialismo e ao racionalismo científico do século XIX, e um “segundo pragmatismo”, que é aquele resultante da “má compreensão do pensamento de Peirce” por parte de James, subseqüentemente cultivado por Dewey e desabrochado em Rorty. Esse segundo pragmatismo consistiria justamente numa versão daquelas formas de cientificismo às quais Peirce se opunha. Desse modo, não haveria continuidade nem complementaridade entre esses dois tipos de pragmatismo, mas descontinuidade e antagonismo. Mounce é bastante radical em sua visão de que não há absolutamente nada em comum, além do nome, entre o pragmatismo de Peirce e o de seus supostos seguidores. Mais do que isso, ele afirma que a partir de James o que se tem não é uma nova filosofia, mas uma variação do positivismo, uma forma extrema de empirismo.

[24] Pogrebinski, Thamy. *Pragmatismo: teoria política e social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

de investigação — mais especificamente o de “comunidade de investigação” —, que está associado a importantes noções contextualistas, tais como a ênfase nos fatos (o método pragmatista, experimental em sua essência, se baseia sobretudo nos fatos inquestionáveis da experiência cotidiana e naquilo que pode ser deduzido deles), a relevância da concretude, a importância do social (para o pragmatismo o pensamento está sempre incrustado em um contexto de prática social), o papel da comunidade e a idéia de adaptação.

Se essas três características conformam a matriz teórica do pragmatismo, cabe então verificar em que medida se refletem no pensamento de Rorty a fim de que possamos avaliar a extensão da sua fidelidade aos três fundadores da doutrina cujo nome ele empresta. Desse modo, examinamos a seguir como o antifundacionalismo, o conseqüencialismo e o contextualismo se apresentam no neopragmatismo rortyano.

O antifundacionalismo certamente é a característica do pragmatismo original que melhor se expressa em Rorty, e isso ocorre particularmente nos desdobramentos de seu conceito de “cultura pós-filosófica”. Sabe-se que para Rorty tudo o que a filosofia pode ser hoje é uma cultura pós-filosófica, na qual os pontos de partida são substituídos por “*resting-places*” construídos para atender a fins utilitários específicos. Assim, os critérios seriam constituídos como tais porque alguma prática social particular necessita obstruir a estrada da investigação, fazer parar a regressão de interpretações a fim de que se obtenha alguma realização. Desse modo, a argumentação rigorosa de “*stopping-places*”, a prática que se torna possível pelo acordo em torno de critérios, não seria mais desejável do que o é obstruir a estrada da investigação<sup>25</sup>.

O pragmatismo de Rorty enfatiza que não há nada sob nós que não tenha sido ali colocado pelas nossas próprias mãos:

*não existem critérios que não tenham sido criados no curso de criação de uma prática; não existem padrões de racionalidade que não constituam um apelo a um tal critério; não existe uma argumentação rigorosa que não se traduza em obediência às nossas próprias convicções*<sup>26</sup>.

A cultura pós-filosófica marca a finitude dos homens e a sua imanência: a ausência de liames com o transcendente, com tudo aquilo que está além da experiência cotidiana, das práticas sociais. De acordo com Rorty, o positivismo ficou a meio-caminho no desenvolvimento de uma tal cultura ao buscar uma filosofia sem Deus. O erro que impediu que os positivistas atingissem o estágio final dessa empreitada foi colocar no lugar de Deus a ciência. Já o pragmatismo, ao contrário, não erigiu a ciência como um ídolo a preencher o lugar outrora ocupado por Deus na história da filosofia. Para o neopragmatismo rortyano a ciência é um gênero literário, ao passo que a literatura e as artes não são campos menos investigativos que o da ciência; a ética tampouco seria mais subjetiva ou relativa que a teoria científica, nem necessitaria ser mais científica em si.

[25] Evidentemente, Rorty se norteia aqui de acordo com a primeira regra da razão de Peirce: não obstruir o caminho da investigação.

[26] Rorty, *Consequences of Pragmatism*, op. cit., p. xlii.

A melhor amostra do antifundacionalismo de Rorty talvez esteja em seu livro *Philosophy and social hope*, em que ele reúne o substrato de suas inovações teóricas perante o pragmatismo original e estabelece os marcos que distinguem seu pensamento da filosofia em geral<sup>27</sup>. Esses marcos distintivos podem ser enumerados da seguinte forma: rejeição da distinção de origem grega entre o modo como as coisas são em si mesmas e as relações que elas possuem com outras coisas, em particular as necessidades e os interesses humanos; rejeição do projeto filosófico tradicional de encontrar algo estável que sirva de critério para julgar os produtos transitórios dos interesses e das necessidades humanas, também transitórias; rejeição do platonismo; rejeição da metafísica tradicional; rejeição da filosofia kantiana; rejeição dos dualismos filosóficos, tais como absoluto/relativo, encontrado/produzido, sujeito/objeto, natureza/convenção, realidade/aparência.

De acordo com Rorty, quando os dualismos platônicos forem finalmente superados a distinção tradicional entre a filosofia e o resto da cultura perderá sentido. Ressalte-se que a quebra de fronteiras entre as disciplinas é um traço do antifundacionalismo rortiano que encontra ressonância nos primeiros pragmatistas. À diferença destes, porém, o neopragmatismo não faz uma distinção nítida entre as ciências naturais e as ciências sociais, entre a ciência social e a política ou entre a política, a filosofia e a literatura — afinal, todas as áreas da “cultura pós-filosófica” fariam parte de um mesmo esforço por uma vida melhor.

No que concerne ao consequencialismo, as relações entre Rorty e o pragmatismo original são mais complexas. Enquanto o pragmatismo de Peirce, James e Dewey é primordialmente consequencialista e subsidiariamente instrumentalista, o neopragmatismo de Rorty é primordialmente instrumentalista e apenas subsidiariamente consequencialista. Embora os termos “consequencialismo” e “instrumentalismo” sejam normalmente empregados como sinônimos, insistimos em demarcar essa tênue distinção em virtude do fato de que na versão de Rorty a idéia de consequência do pragmatismo se dilui a ponto de quase se perder. O famoso teste pragmatista, por exemplo — a questão de conhecer os significados, as teorias e a verdade pelo teste de suas consequências —, não se coloca para Rorty como se apresenta em Peirce, James e Dewey. Por outro lado, o recurso ao futuro é tão presente em Rorty quanto nos pragmatistas clássicos, remetendo àquilo que Rorty denomina “apoteose do futuro”<sup>28</sup>.

Um outro aspecto que faz Rorty parecer mais instrumentalista do que propriamente consequencialista é o adoção de um tom mais próximo do utilitarismo do que aquele adotado pelo pragmatismo clássico. A noção de utilidade ganha mais visibilidade em Rorty do que em seus predecessores, assim como a noção de felicidade humana. De acordo com Rorty, o neopragmatismo visa substituir as noções filosóficas tradicionais de realidade, razão e natureza pela noção de futuro, mais especificamente a noção de um futuro humano melhor.

[27] Rorty, *Philosophy and social hope*, op. cit.

[28] Nesse ponto, vale ressaltar que Rorty oferece um aporte interessante ao pensamento pragmatista com seu conceito de esperança. Ao substituir a noção filosófica tradicional de conhecimento pela idéia de esperança, assim como ao propor a substituição da busca por certeza pela esperança (e pela imaginação nela contida), Rorty quer fazer da filosofia um instrumento de mudança, e não de conservação. Ele está correto ao afirmar que o pragmatismo é o pensamento que pela primeira vez na história da filosofia trata a teoria como um auxílio para a prática e deixa de ver esta como uma degradação da teoria. Cf. Rorty, *Philosophy and social hope*, op. cit., p. 30.

A relação de Rorty com os pragmatistas clássicos também se afigura bastante complexa no que diz respeito ao contextualismo. Por um lado, como já afirmamos, a noção de experiência, que define prioritariamente a idéia de contexto no pragmatismo clássico, é mitigada por Rorty em favor do conceito de linguagem. Além disso, o conceito de contexto do primeiro pragmatismo parece ser em certa medida substituído pelo conceito rortiano de “cultura pós-filosófica”. Por outro lado, é preciso considerar a persistência em Rorty do conceito de investigação e da teoria da verdade do primeiro pragmatismo.

Apesar de tomar a teoria da verdade do pragmatismo clássico como motivo suficiente para caracterizá-lo como uma filosofia anti-realista, Rorty apresenta uma concepção de verdade de certa forma semelhante àquela elaborada no começo do século XX pelos fundadores do pragmatismo. Nesse sentido, afirma que a verdade não pode ser buscada em si mesma, não pode constituir-se no objetivo da investigação. Contudo, há uma variação no que diz respeito a esse objetivo. Para Rorty, trata-se de lograr um consenso acerca dos fins a serem alcançados e dos meios a serem utilizados para alcançar tais fins. Em outras palavras, o objetivo da investigação se pautaria pela utilidade, considerando-se que há tantos propósitos a serem perseguidos quanto meios para obtê-los<sup>29</sup>. Já no âmbito do pragmatismo original, como já apontamos, não há que se falar em consenso, mas em convergência, e nem tanto em utilidade, mas em conseqüências melhores. Mas Rorty enfatiza assim como Pierce que a principal questão colocada ao processo de investigação é descobrir como os meios disponíveis devem ser utilizados de modo a se obter progresso, seja este tecnológico ou político<sup>30</sup>.

[29] Nos termos do antiessencialismo rortiano, a palavra “objetivo” se define pela referência à relativa facilidade de obter consenso entre investigadores (cf. *ibidem*, pp. 50-54).

[30] *Ibidem*, p. xxv.

[31] Essa idiosincrasia do pragmatismo de Rorty é responsável por muitas das críticas que lhe são feitas. De acordo com algumas delas, Rorty não pode ser considerado um pragmatista, mas um pós-modernista ou um relativista. Para Nicholas Rescher (*Realistic Pragmatism*. Albany: State University of New York Press, 2000, pp. 58 ss), por exemplo, o pragmatismo de Rorty é decisivamente pós-moderno ao tender a um relativismo subjetivista e ao apresentar uma versão negativa e desconstrutiva do pragmatismo. O autor chega mesmo a afirmar que o neopragmatismo (pelo menos em sua vertente filosófica, pois ele parece ser igualmente forte em outros campos do conhecimento) não é uma versão aprimorada do pensamento pragmatista original, mas, ao contrário, um “produto inferior”. Outra crítica interessante é feita por James Kloppenberg (“Pragmatism: an old name for some new ways of thinking?”. In: Dickstein, Morris (org.). *The revival of Pragmatism: new*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indubitável a crucial importância do papel desempenhado por Richard Rorty no processo de resgate do pensamento pragmatista levado a cabo nas duas últimas décadas do século XX. Sua liderança vem sendo vital no contexto do surgimento e encorajamento do movimento neopragmatista e dos novos autores que o constituem. Do mesmo modo, ele ocupa posição central no desenvolvimento de novas aplicações do método pragmatista, e não apenas no âmbito da filosofia, mas também em várias outras áreas do pensamento. Pode-se dizer que Rorty é um pragmatista justamente nesse sentido — no sentido de revitalizar o estudo do pragmatismo e “pragmatizar” suas aplicações. Mas apenas nesse sentido.

No sentido de estabelecer uma continuidade do pragmatismo com base nos três elementos que o caracterizam em sua origem — o antifundacionalismo, o conseqüencialismo e o contextualismo —, Rorty não pode ser considerado de fato um pragmatista. Como vimos, isso se faz perceber particularmente na exacerbação de seu antifundacionalismo em detrimento das duas outras características que definem o pragma-

tismo clássico. Exemplos concretos disso são a substituição da idéia de experiência pela de linguagem e a formulação de uma abordagem anti-realista que nega uma importante faceta do pragmatismo original.

Na verdade, o próprio Rorty afirma que a sua nova versão do pragmatismo não tem a pretensão de ser estritamente fiel aos pensamentos de Peirce, James e Dewey — sobretudo os de Peirce, que ele raramente menciona de forma direta. Assim, talvez não seja exagerado afirmar que a sua filosofia (ou antifilosofia, como ele mesmo parece preferir) se apresenta simplesmente como uma reformulação idiossincrática de alguns dos temas levantados no começo do século XX por James e Dewey, de modo que Rorty seria menos um pragmatista que um pós-modernista<sup>31</sup>.

---

THAMY POGREBINSCHI é professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio) e doutoranda em Ciência Política no IUPERJ. Autora de, entre outros livros, *Pragmatismo - Teoria Social e Política* (Relume Dumará, 2005).

*essays on social thought, law and culture*. Durham: Duke University Press, 1998), que caracteriza a abordagem rortyana como “insuficientemente pragmática”. Segundo ele, Rorty veicula uma versão do pragmatismo como um discurso pós-modernista que nega a possibilidade de escapar das convenções e contingências da linguagem a fim de estabelecer contato com um mundo de experiência fora dos textos.

---

Recebido para publicação em 02 de agosto de 2005.

**NOVOS ESTUDOS**  
CEBRAP

74, março 2006  
pp. 125-138

---



Edição Quadrimestral set./dez. 2005 - v.35 - n. 126



Edição Quadrimestral jan./abr. 2006 - v.17 - n. 33



**Assinatura e Comercialização:**

CP - [www.autoresassociados.com.br](http://www.autoresassociados.com.br) / fone: (19) 3289-5930

EAE - [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br) - fone: (11) 3723-3090